

WELCOM  
TO  
SARAJEVO

# GUIA DE ESTUDOS

# HSC

HISTORICAL SECURITY COUNCIL

TEMA: GUERRA DA BÓSNIA E HERZEGÓVINA

---

André Luiz Cançado

Heloisa Andrade

Wembley Castro

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	3
2. A Guerra da Bósnia e Herzegovina .....	4
3. Contexto histórico.....	4
4. Resoluções .....	11
5. Posicionamento Histórico dos Países .....	12
Áustria.....	12
Bélgica .....	12
Bósnia e Herzegovina .....	12
Cabo Verde .....	13
China	13
Croácia .....	13
Equador.....	14
Estados Unidos da América .....	14
Federação Russa .....	14
França .....	15
Hungria .....	15
Índia	16
Japão	16
Marrocos .....	16
Reino Unido.....	17
República da Lituânia .....	17
Sérvia .....	17
Turquia.....	18
Venezuela .....	18
Zimbábue .....	18
6. Bibliografia.....	19
7. Anexos .....	21
8. Mapas.....	22

## 1. Introdução

O presente Guia de Estudos tem o objetivo de explicar e relatar os principais pontos acerca do tema tratado pelos comitês simulados no Goiás Model Of United Nations. Recomendamos que todas delegadas e delegados leiam atentamente os dados e informações expostos neste Guia e os usem como base de pesquisa para os pronunciamentos e discussões nas sessões dos nossos Comitês.

O trabalho aqui exposto é fruto da pesquisa e dedicação da Mesa Diretora do comitê, assim como do esforço da equipe que trabalhou com afinco para viabilizar a execução do evento. Por isso, recebam com carinho esta consequência de nosso cuidado e comprometimento com aqueles que decidiram participar conosco deste marco inicial para os MUN's em Goiânia.

Incentivamos ainda que o diálogo e as discussões geradas a partir deste Guia sejam desenvolvidas de maneira respeitosa e benéfica entre todas e todos participantes. Nos posicionamos, portanto, contra qualquer tipo de discriminação a partir de cor, religião, gênero, orientação sexual ou práticas culturais. Abraçamos todas estas diferenças como parte de uma unidade humana comum a todas e todos nós.

Sendo assim, incentivamos que compartilhem conosco o objetivo da Conciliação, Paz e Cooperação, e agradecemos pela confiança em nosso evento. Estamos ansiosos para recebê-los. Let's GOMUN!

**Ivan Corbelino**

*Secretário Geral*

*Goiás Model Of United Nations*

## 2. A Guerra da Bósnia e Herzegovina

Com o final da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, diversos países que influenciava do regime comunista. A queda do comunismo muda o ordenamento do sistema internacional e a estruturação da política, inerte por quase um século de domínio ideológico na porção leste da Europa.

Movimentos de independência propulsionam a influência das doutrinas nacionalistas que surgem em diversas regiões, principalmente nos Balcãs, onde diversos conflitos começam a surgir por disputas de territórios e de supremacia étnica. É nesse cenário que se inicia a Guerra da Iugoslávia (1991-1995), um sangrento conflito que banha a região de sangue de diversos povos em nome da separação e autonomia de certos Estados em detrimento de outros.

As tensões começam quando grupos nacionalistas sérvios dentro da Bósnia e Herzegovina não aceitam a separação do Estado e a declaração de independência em relação à República Socialista Iugoslava. Esse grupo revolta e se insere em um conflito armado com aos bósnio-croatas e aos bósnio-muçumanos, que se posicionavam a favor da independência como meio de garantir que o sonho da “Grande Sérvia” permanece intacto.

## 3. Contexto histórico

Os Balcãs são uma região localizada no leste europeu, ao norte da Grécia e a Leste da Itália (ver anexo 2). Esse nome de origem turca vem sendo aplicado para definir a região da antiga república da Iugoslávia desde o século XIX. Os turcos otomanos invadiram a região no final do século XIV e o seu controle sobre a mesma durou 500 anos (BBC, 2010). O império austro-húngaro se fortaleceu cada vez mais, e com o tratado de Berlim em 1878 a região é redefinida. Sérvia, Montenegro e Romênia ganham a sua independência, e o principado da Bulgária foi criado. Entretanto, Eslovênia, Croácia e Bósnia e Herzegovina permaneceram sobre o controle austro-húngaro. Com o enfraquecimento do império otomano, uma onda nacionalista correu os Balcãs. Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro iniciaram a guerra que retirou os turcos de boa parte do território balcânico. Após esses eventos, os sérvios ocuparam o Kosovo e a Macedônia.

Já em 1914, o arqueduke Franz Ferdinand em visita a Sarajevo na Bósnia e Herzegovina - ainda era controlada pelo Império Austro Húngaro - é assassinado por um nacionalista sérvio, o que será o estopim para a Primeira Guerra Mundial. Percebe-se, com isso, que a região dos Balcãs tem uma grande história de conflitos e instabilidade com capacidade de influenciar ou até mesmo gerar tensões em outras partes da Europa. Quando a Áustria-Hungria é derrotada na primeira grande guerra, o Tratado de Versalhes definiu novas

fronteiras na região balcânica. Fundou-se o reino da Sérvia, Croácia e Eslovênia, e em 1929 o rei Alexandre I nomeia o território de Iugoslávia. Com a chegada da Segunda Guerra Mundial os alemães invadem a região sendo apoiados pelo movimento fascista da Croácia. Como recompensa “Hitler dá à Croácia uma independência nominal como *puppet state (estado marionete)*, o que também incorpora a Bósnia” (BBC, 2010). Na Croácia, as atrocidades do governo de Hitler tiveram continuidade. Sérvios, Judeus, Ciganos e Croatas antifascistas foram massacrados nos campos de concentração. A Sérvia foi tomada pelos alemães e Montenegro pelos italianos.

Em novembro de 1943, antes mesmo do final da Segunda Guerra, realizou-se uma convenção na cidade de Jajce, na Bósnia, para selar o desenho da nova Iugoslávia. Nessa convenção estabeleceu-se que à Bósnia-Herzegovina seria concedido o mesmo *status* que a Sérvia, a Croácia e a Eslovênia receberam, o mesmo se dando com relação a Macedônia e a Montenegro. Duas províncias autônomas ligadas à Sérvia, Kosovo – de maioria albanesa - e Vojvodina – composta por sérvios e húngaros-, fariam parte da federação sem, contudo, possuir o *status* de República. O novo Estado se chamaria República Federal Socialista da Iugoslávia e passaria a exercer um papel bastante inovador com o desenrolar da Guerra Fria, sob a liderança de Tito e de sua doutrina do *não-alinhamento* (Mingst e Karns, 2000).

Apesar de abraçar o socialismo como regime político-econômico, a ex República Federal Socialista da Iugoslávia não permaneceu alinhada ao bloco soviético ao longo da Guerra Fria. Divergências entre Tito e Stalin levaram ao rompimento, em 1948, das relações amistosas entre a ex-Iugoslávia e a então URSS. Isso fez com que Tito assumisse uma estratégia geopolítica independente durante o período da bipolaridade. Como dito, essa estratégia ficaria conhecida como movimento dos “países não alinhados”, ou seja, aqueles que não se posicionaram nem a favor do bloco capitalista ocidental, nem do bloco socialista oriental, ao longo da Guerra Fria. A ideia de um “Terceiro Mundo” que se destacava dos dois “mundos” polarizados pela Guerra Fria, começava a surgir.

O não alinhamento promovido por Tito funcionava também como um importante fator de identidade pan-iugoslava. No entanto, as divergências internas quanto à autonomia das repúblicas e províncias na federação iugoslava continuavam. Em 1974, outra constituição concedeu uma nova dose de autonomia às seis repúblicas iugoslavas, bem como às províncias de Kosovo e Vojvodina. Segundo Elizabeth Cousens, esta constituição promoveu uma transferência do “centro de gravidade político” da federação iugoslava para as Repúblicas e Províncias (Stedman; Stephan; e Cousens, 2002).

Apesar de não obterem o *status* de república dentro da federação, as províncias passaram a gozar de uma autonomia quase que equivalente. Essa mudança fez com que se acirrassem as divergências entre os diferentes grupos étnicos da ex-Iugoslávia, principalmente por parte da Sérvia à qual estavam ligadas as províncias que adquiriram autonomia administrativa. A questão do Kosovo, que possuía uma maioria de albaneses muçulmanos em coexistência com os sérvios, faria com que esses acusassem os kosovares de genocídio, acirrando ainda mais as rivalidades étnicas na ex república Iugoslava.

Na esteira desses fatos que reavivaram os particularismos étnicos na ex-Iugoslávia estariam dois acontecimentos que poriam fim a dois dos elementos mais significativos para a coesão nacional na ex República Socialista: a morte de Tito e o ocaso do bloco socialista oriental. Em maio de 1980 o líder da resistência nazista responsável pela unificação da ex-Iugoslávia no pós-Segunda Guerra veio a falecer. A morte de Tito criou um certo vácuo de poder, na medida em que o país não mais possuía a figura de um líder carismático que representasse a encarnação do Estado. Sua liderança havia, de certa forma, abafado o debate sobre uma reforma ainda mais profunda no que tange a autonomia das ex repúblicas iugoslavas. Esse fato se somou à crise econômica do final dos anos 70, resultante dos choques nos preços do barril de petróleo, agravando ainda mais a estabilidade política na Iugoslávia (Brown, 1997).

A crescente instabilidade na antiga federação Iugoslava e o progressivo crescimento nas demandas por maior autonomia nas repúblicas e províncias levaram à intensificação do radicalismo sérvio. Em meados da década de 80, o radical de esquerda, Slobodan Milosevic, assume a liderança na república sérvia e inicia uma política favorável à centralização da Iugoslávia baseada na repressão aos grupos minoritários.

As desigualdades entre as repúblicas da decadente federação iugoslava passariam a vir à tona. Os sérvios permaneciam insatisfeitos com o grau de autonomia obtido por Kosovo e Voivodina, lutando, portanto, pelo domínio dessas províncias e a unidade da Iugoslávia. Ademais, as regiões economicamente mais prósperas, Eslovênia e Croácia, sentiam-se prejudicadas pelo regime federativo que as forçava a distribuir suas riquezas com os demais membros da federação. As duas repúblicas, que eram mais ligadas ao mundo ocidental e possuíam correntes liberais bastante influentes, começaram a lutar contra o regime de partido único imposto a todos os membros da federação.

Os governos dessas repúblicas iniciaram propostas formais para transformar a antiga Iugoslávia em uma confederação, o que contrariava frontalmente as ambições centralizadoras de Slobodan Milosevic. Por outro lado, as pressões pelo reconhecimento de eleições multipartidárias nas repúblicas iugoslavas acabaram levando os sérvios a aceitá-las, em meados de 1990 (Brown, 1997). As intenções de Milosevic em promover a (re)centralização da federação iugoslava encontravam-se cada vez mais ameaçadas. Em 1991 ele começa a dar sinais de que poderia ceder. Em junho do mesmo ano, Milosevic finalmente aceita a proposta dos eslovenos e croatas de criar uma confederação iugoslava (Brown 1997) em um claro sinal de que os próprios sérvios reconheciam que a antiga unidade da federação iugoslava não poderia ser mais mantida.

No entanto, o ocaso dos regimes socialistas no leste europeu, acompanhado pelo fim do uni partidarismo em vários Estados que se encontravam sob a esfera de influência da ex-URSS, seria mais um estímulo para que a Eslovênia e a Croácia, que possuíam uma forte ligação histórica com as democracias cristãs ocidentais, declarassem sua independência, em junho de 1991. Concomitantemente à declaração de independência da Eslovênia, a Croácia também se declarava independente de Belgrado, dando início ao processo de fragmentação da República Federal Socialista da Iugoslávia e inaugurando uma guerra civil que levaria a um massacre nunca visto na Europa, desde do término da Segunda Guerra Mundial

O processo de dissolução da antiga Iugoslávia pode ser dividido em três etapas principais: a declaração de independência da Eslovênia em junho de 1991, a simultânea declaração de independência da Croácia e a posterior tentativa de emancipação da Bósnia-Herzegovina, no início de 1992. Podemos afirmar que a Eslovênia inaugurou o processo de desintegração da ex-Iugoslávia, uma vez que sua atitude serviu de modelo e estímulo para as demais repúblicas rebeldes da antiga Iugoslávia buscarem sua libertação de Belgrado. A Eslovênia, que no momento de sua emancipação política constituía-se em 90% de eslovenos (Stedman; Stephan; e Cousens, 2002) superou rapidamente a resistência dos sérvios, em função de sua relativa homogeneidade étnica e facilidade de obtenção de reconhecimento diplomático por parte das potências ocidentais. O mesmo não ocorreu, no entanto, com a Croácia, que apesar de possuir uma maioria de 78% de croatas étnicos, estava longe de ser tão homogênea quanto a Eslovênia, o que fez com que a resistência dos sérvios fosse consideravelmente maior nesse caso (Stedman; Stephan; e Cousens, 2002).

A desintegração territorial da ex-Iugoslávia resultou na criação de cinco novos Estados independentes – República Federal da Iugoslávia - Sérvia e Montenegro -, Eslovênia, Croácia,

Bósnia-Herzegovina e Macedônia. O desencadeamento desse processo de dissolução política tornou-se fonte de intensa instabilidade territorial na península balcânica que se encontrou acompanhada de graves violações aos direitos humanos, o que incluía “campos de concentração”, estupros e torturas como parte integrante do conflito. Apesar das dificuldades em se obter consenso político, a ONU reagiu criando sua maior operação de auxílio humanitário até então já promovida por ela.

O problema central resultante do fim da antiga Iugoslávia consistiu no fato de que a coexistência de indivíduos de diferentes origens étnicas nesses novos Estados tornou-se politicamente problemática, na medida em que os grupos minoritários que se encontravam nas repúblicas rebeldes não aceitaram se tornar parte desses novos países independentes. A declaração de independência da Eslovênia foi a menos turbulenta, em razão de sua população ser composta por uma maioria esmagadora de austríaco. Os problemas realmente começaram a surgir com a tentativa de emancipação política da Croácia que, como dito, possuía um contingente maior de sérvios em sua região. O reconhecimento precoce da independência política da Eslovênia, principalmente pela recém unificada Alemanha e pelo Vaticano, levaria a uma legitimação precipitada do processo de desintegração política do antigo Estado iugoslavo.

Esse processo dificultou seriamente uma possível composição que viesse a evitar a desagregação territorial da ex República Socialista, e se intensificou ainda mais, em janeiro de 1992, com o reconhecimento diplomático não somente da Eslovênia, mas também da Croácia, por parte da então Comunidade Europeia. Uma vez que essas duas nações haviam se desligado da federação iugoslava, a Bósnia encontrava-se na difícil posição de ser um pequeno apêndice do que sobrava de uma Iugoslávia predominantemente sérvia que exerceria uma dominação política ainda mais opressiva perante as repúblicas remanescentes (Stedman; Stephan; e Cousens, 2002).

Embora a emancipação da Croácia tenha sido bem mais problemática que a da Eslovênia, em virtude da resistência dos sérvios-croatas apoiados por Belgrado, nada se comparou aos problemas étnicos ocorridos na Bósnia-Herzegovina, a mais heterogênea das repúblicas iugoslavas. No início de 1992, quando se realizou um *referendum* que viria a aprovar sua independência, a Bósnia-Herzegovina possuía uma população de 44% de muçulmanos, 31% de sérvios, 17 % de croatas e 8% dos chamados “outros iugoslavos” (Stedman; Stephan; e Cousens, 2002). Nesse panorama de intensa heterogeneidade étnica, a república rebelde passaria a lutar contra as pretensões dos sérvios bósnios - apoiados pelo

exército iugoslavo – e também dos croatas bósnios de tomarem parte de seu antigo território, impedindo a Bósnia de preservar as tradicionais fronteiras que possuía dentro da federação iugoslava.

A península balcânica se tornava, então, palco de uma guerra civil que tinha como principal objetivo a promoção de uma verdadeira “limpeza étnica” na região. As minorias sérvias dentro da Bósnia-Herzegovina e da Croácia, apoiadas pelos sérvios da República Federal da Iugoslávia - Sérvia e Montenegro -, começaram a promover tal processo com a finalidade de garantir o controle territorial sobre certas regiões estratégicas, de predominância sérvia. Toda essa violência gerou uma enorme comoção internacional. O número de assassinatos, estupros, torturas se multiplicava a cada dia, gerando um contingente de milhões de refugiados e totalizando mais de duzentas mil mortes até o final desse conflito (Mingst e Karns, 2000). A primeira vez que o Conselho de Segurança das Nações Unidas se envolveu com a crise na ex-Iugoslávia foi em setembro de 1991, por meio de um embargo de armas ao que ainda era a República Federal Socialista da Iugoslávia, imposto pela resolução 713 de 1991 (Patriota, 1998). Apesar do embargo ter sido amplamente criticado por alguns membros das Nações Unidas, pelo fato de que ele enfraquecia as repúblicas rebeldes em relação à Iugoslávia, que já detinha o controle do Exército Nacional Iugoslavo e suas armas, essa medida sinalizou para o fato de que o Conselho de Segurança não considerava irrelevantes as atrocidades que estavam sendo cometidas nos Bálcãs. Essa resolução, que acionou o Capítulo VII com a finalidade de estabelecer um embargo geral a toda ex-Iugoslávia, já manifestava uma preocupação com relação ao respeito aos direitos humanos na região. Segundo a própria resolução:

“The Security Council,  
*Deeply concerned* by the fighting in Yugoslavia, which is causing a heavy loss of human life and material damage, and by the consequences for the countries of the region, in particular in the border areas of neighboring countries, *Concerned* that the continuation of this situation constitutes a threat to international peace and security,  
*Decide*, under Chapter VII of the Charter of the United Nations, that all States shall, for the purposes of establishing peace and stability in Yugoslavia, immediately implement a general and complete embargo on all deliveries of weapons and military equipment to Yugoslavia until the Council decides otherwise following consultation between the Secretary-General and the Government of Yugoslavia;” (S/Res/ 713, 1991).

Ainda em 1991, o Secretário-Geral designou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) a missão de gerenciar o auxílio humanitário da ONU à região, o que mais uma vez evidenciava a preocupação das Nações Unidas quanto ao respeito aos

direitos humanos nos Bálcãs. Organismos internacionais europeus, como a então Comunidade Europeia e a OTAN também foram convidados pelas Nações Unidas para participarem das negociações de paz, conforme as diretrizes do capítulo VIII da Carta da ONU, que trata da cooperação das Nações Unidas com organismos regionais na resolução de conflitos internacionais. Em 25 de setembro do mesmo ano, o Conselho de Segurança designou o ex-Secretário de Estado norte-americano, *Cyrus Vance*, como enviado pessoal do Secretário-Geral da ONU para assistir à organização nos processos de negociações diplomáticas relativos aos conflitos na região (Mingst e Karns, 2000). Desde o início, o objetivo de Vance, a quem se juntou posteriormente *Lord Owen*, ex-Secretário para Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, era ordenar uma nova composição territorial para os Bálcãs que satisfizesse os sérvios, os bósnios e os croatas quanto ao desenho das fronteiras dos novos Estados que viriam a surgir na região.

A frustração de Vance quanto às negociações diplomáticas iniciais levou-o a sugerir ao Conselho de Segurança da ONU a criação de uma Operação de Paz que seria composta por 14000 soldados armados somente para autodefesa (Baher e Gordenker, 1994). A aceitação dessa proposta por parte do Conselho levou as Nações Unidas a criarem uma operação de paz que ficaria conhecida como UNPROFOR. Essa operação atuaria inicialmente segundo as diretrizes de uma típica operação de paz - capítulo VI da Carta da ONU - o que já era controvertido, pois o Conselho de Segurança reafirmava sua atuação sob a égide do capítulo VII na resolução que deu início a essa operação. De todo modo, a operação da ONU é então criada para colocar em prática o plano diplomático idealizado por Cyrus Vance (MacInnis 2003) que possuía como meta principal a definição das novas fronteiras que surgiam com as sucessivas declarações de independências das repúblicas rebeldes da ex-Iugoslávia.

Segundo John A. MacInnis, o conflito em que a UNPROFOR esteve envolvida do início de 1992 até o final de 1995 pode ser subdividido em quatro cenários principais: o conflito servo-croata, ocorrido na Croácia, em função da resistência das minorias sérvias quanto à declaração de independência da Croácia; a guerra dos sérvios contra os muçulmanos e croatas na Bósnia, após a iniciação de seu processo de emancipação política; o conflito entre croatas e muçulmanos no centro da Bósnia; e a Guerra muçulmana ocorrida em Bihac. Foi esse cenário caótico de Guerra Civil que a ONU acabou de fato tendo que enfrentar após a desintegração da ex Iugoslávia (Mcinnis, 2003)

#### 4. Resoluções

Seguindo as indicações do art. 1º e do capítulo VII da Carta de São Francisco, o CSNU emitiu a Resolução 713, de 25 de Setembro de 1991, que estabeleceu um embargo geral e completo de todas as remessas de armamento e equipamento militar à Iugoslávia. Decide, com referência ao capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que, para estabelecer a paz e a estabilidade na Iugoslávia, todos os Estados deveriam estabelecer um embargo geral e completo a todas as entregas de armamento e artigos militares à Iugoslávia. (Res. 713 do CSNU).

A Resolução 724, de 15 de Dezembro do mesmo ano, estabeleceu um comitê para examinar a informação recebida e recomendar medidas apropriadas em caso de violação do embargo. Deve-se acrescentar que tal resolução ditava, também, medidas coercitivas que permitissem o embargo militar e de outra índole à Ex Iugoslávia.

A resolução 757, que será a última a ser trabalhada, foi aprovada em 30 de maio de 1992. Ela reafirma as resoluções, 713 (1991) 721 (1991), 724 (1991), 727 (1992), 740 (1992) 743 (1992), 749 (1992) e 752 (1992). O Conselho de Segurança das Nações unidas condena, na resolução 757 o descumprimento das ordens por parte da República Federativa da Iugoslávia. As medidas soam como sanções tais quais:

- . Embargos econômicos de vendas e importações de produtos e mercadorias à Iugoslávia, bem como também de transferências financeiras;
- . Redução de consulados na Iugoslávia;
- . Suspender intercâmbios e visitas científicas da Iugoslávia;
- . A criação de uma zona de segurança em Sarajevo e seu aeroporto, solicitando ainda ao Comitê do Conselho de Segurança estabelecido na Resolução 724 que monitora o embargo de armas e que o Conselho, como um todo, manterá a situação em análise.

A resolução 757 foi adotada por 13 votos contra nenhum, com duas abstenções da China e do Zimbábue.

Após a resolução 757, visto que nenhuns dos pontos foram cumpridos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas realiza e redige diversas outras reuniões e documentos, com o mesmo caráter de retomar as principais resoluções, tais quais a 713, 724 e 757. Para não ficar repetitivo, traremos vocês delegados (as) para a época de 16 de novembro de 1992, onde é convocada uma reunião para novas discussões acerca do futuro da Iugoslávia, em um cenário que parece não ter solução. É a reunião que terá como fim a resolução 787, uma das principais para a solução do conflito.

Espera-se dos delegados (as) que se redija documentos que possam traçar uma semelhança com aquele que foi escrito na data de 16 de novembro de 1992. O conflito parece não ter nenhuma solução. Portanto, espera-se criatividade e racionalidade para um tomar de decisões que será o futuro daquilo que será região dos Balcãs e a paz na Europa.

## **5. Posicionamento Histórico dos Países**

### **Áustria**

A Bósnia e Herzegovina já foi considerada um condomínio do Império Austro-húngaro de 1908 até 1918. Além disso, um fato importante que pode influenciar as decisões desta delegação, é que um dos principais motivos para a eclosão da Primeira Guerra Mundial foi a morte do duque austro-húngaro Franz Ferdinand em 1914 na cidade de Sarajevo, capital da Bósnia e Herzegovina.

Durante o período do conflito, a Áustria votou a favor de todas as resoluções pois acreditava numa solução pacífica para a guerra na região.

### **Bélgica**

O governo belga acreditava que o conflito deveria ser resolvido pacificamente entre as nações envolvidas, não querendo que houvesse a interferência de nenhum país ocidental no conflito – principalmente dos Estados Unidos. Dessa maneira, eles acabaram por adotar uma postura similar à da França e do Reino Unido, vendo tal como uma oportunidade para reforçar as alianças e políticas externas dos Estados europeus. (Fonseca, 2012).

### **Bósnia e Herzegovina**

A presidência bosniana era composta por sete Chefes de Estado sendo que dois mulçumanos, dois croatas, dois sérvios e um iugoslavo. Quando o conflito se iniciou, houve a retirada dos dois presidentes sérvios. Assim, a Bósnia e Herzegovina adquiria uma postura política de defesa do fim do conflito – que também era a meta dos mulçumanos e croatas – e pregavam o fim da limpeza étnica, tendo apenas a punição dos bósnio-sérvios pela destruição causada, uma vez que eram considerados os responsáveis pelos acontecimentos. A Bósnia Mulçumana defendia o cessar da violência advinda da Sérvia – e uma das causas para tal foi o

desfalque no arsenal bélico que possuíam. Sua posição foi ainda mais agravada quando o Conselho de Segurança impôs o embargo de armas. (Fonseca, 2012).

### **Cabo Verde**

Embora a República do Cabo Verde não tenha tido absolutamente nenhuma influência direta no conflito da Bósnia e Herzegovina, sua delegação fez-se presente em algumas das mais importantes reuniões do Conselho de Segurança da ONU para discutir acerca da questão, votando a favor, por exemplo, da Resolução 787.

Não obstante, Cabo Verde estava passando por uma mudança política, adotando uma nova constituição em 1992, tornando-se democrática. Dessa maneira, os acontecimentos europeus e a resolução dos mesmos não eram prioridade para Cabo Verde.

### **China**

Assume uma posição de não alinhamento, pois se coloca claramente oposta às “superpotências”. A China “trabalhou vigorosamente para expandir suas relações com países estrangeiros, e no final de 1990 já havia estabelecido relações normais com quase todas as nações. Após o colapso da URSS em 1991, a China também abriu relações diplomáticas com as repúblicas da antiga união soviética.” (STATE DEPARTMENT, 2010).

Sanções dirigidas exclusivamente à parte sérvia no interior da República da Bósnia-Herzegovina, impostas pela resolução 942 de 23 de setembro de 1994 (abstenção da China) responsabilizariam uma das partes pela persistência do conflito na Bósnia, e o voto chinês foi crucial para compreender essa questão. (Congress, 1996).

Portanto, o país não conseguiu tomar uma decisão sobre sua postural pois não queria se envolver no conflito e nem se mostrar a favor das posturas adotadas pelas superpotências. Dessa forma, a República chinesa não se alinhou e se manteve neutra durante o conflito. Ironicamente, nos anos finais do conflito, sua voz foi levada em conta quando a pauta da fragmentação foi discutida. (Fonseca, 2012).

### **Croácia**

Após um tortuoso processo para a conquista da independência, a autodeclarada República Croata da Herzegovina-Bósnia só é considerada membro da Comunidade Europeia a partir de 15 de janeiro de 1992, e membro das Nações Unidas poucos meses depois. Devido à fragmentação da Iugoslávia muitas famílias croatas ainda viviam na Bósnia e, assim, sendo perseguidas pelas tropas do Exército Popular Iugoslavo e o Exército da República Sérvia, uma vez que estes acreditavam possuir domínio sobre o território.

Um dos fatores agravantes para a ascensão do conflito foi o forte nacionalismo do então presidente Franjo Tudman, que mesmo tendo compactuado com o Acordo de Karadjordjevo, viu-se na necessidade de proteger seu povo, de maioria católica romanos, contra as ameaças sofridas pela República Federal da Iugoslávia - Sérvia e Montenegro. Além de esperar que as perseguições acabem, a Croácia deseja que a Sérvia fosse devidamente punida.

### **Equador**

Assim como Cabo Verde, o Equador não tinha interesse na região dos Balcãs, e não possuía nenhum laço político claro com nenhuma potência que estivesse envolvida no conflito. Sendo assim, a postura equatoriana será em prol da resolução pacífica dos conflitos, adotando políticas multilaterais.

### **Estados Unidos da América**

Os EUA resolveram adquirir a mesma postura que os países do Ocidente estavam adotando. Tal postura era de defender a manutenção da Federação Iugoslava – o que também era de interesse dos sérvios.

Desde o início, eles deixaram claro que o único meio viável para se chegar a acordos de paz era por meio da diplomacia. Somente através desta, os avanços sérvios bósnios e a limpeza étnica poderiam ser impedida de progredir.

Devido à crise e ao impedimento da participação de países ocidentais, os Estados Unidos começaram a apoiar a noção de independência das nações iugoslavas já que seu próprio desmembramento foi impulsionado pela opressão sérvia. Os EUA, então, elaboraram um projeto para tal divisão que visava dar 49% da nação aos sérvios e 51% para os que se nomeavam partes da Federação Mulçumano-Croata.

De acordo com analistas políticos que estudaram o conflito, a maioria dos governadores da época eram majoritariamente seguidores do raciocínio realista na política externa, o que fazia com que a Bósnia não fosse considerada um interesse vital a eles. (Fonseca, 2012).

### **Federação Russa**

Sua relação com o Reino da Iugoslávia data da Segunda Guerra e foi intensificada no período da Guerra Fria, quando o território russo se encontrava na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Após o desmantelamento da URSS, as relações Rússia-Iugoslávia e Rússia-Sérvia foram mantidas, apesar de estas serem turbulentas no ano de 1991, com

múltiplas acusações (RUSSIA'S... 2017). Tais relações se manifestam em uma aproximação ideológica entre estes países.

A aproximação ideológica entre estes dois atores é evidenciada na defesa da solidariedade pan-eslávica baseada em etnias, religiões e história de povos que compartilham tais aspectos. No cenário internacional, a Rússia se opôs aos ataques aéreos da OTAN nos arredores de Sarajevo em 1994 e em 1995, defendendo que esta forma de ataque só se mostraria necessária com o esgotamento das forças de paz.

Apesar de não ser um dos melhores períodos para a nação russa, a mesma continuou a incitar e aprovar a postura adotada pela Sérvia, especialmente em relação aos muçulmanos. Entretanto, na teoria, os russos não podiam declarar que apoiavam quaisquer atos que violassem os direitos humanos ou fizesse com que eles perdessem influência no Oeste. Continuaram apoiando veementemente os sérvios no plano internacional.

Para ser “bem vista” no âmbito internacional, a Rússia contribuiu com as tropas da OTAN para assegurar que se cumprissem as proposições das Resoluções 787 e subsequentes.

### **França**

Tal como os Estados Unidos, a França tentava seguir os mesmos passos dos países ocidentais e colocar em prática o que a Comunidade Europeia decidia. Ela defendia embargos econômicos à Sérvia pois acreditava que, infelizmente, nesse caso a diplomacia seria de pouca eficiência. Ela também mandou observadores oficiais para que realizassem relatórios sobre os acontecimentos e suas consequências. Porém, tais trabalhadores foram considerados de pouco efeito pois não houve uma vontade muito grande em solucionar os problemas trazidos, de tal modo que houve pouquíssimas políticas públicas efetivadas para o auxílio aos refugiados. Com a falta de interesse em implantar políticas públicas, a proibição do comércio de armamentos para a Iugoslávia acabou deixando a Sérvia militarmente mais forte, fazendo com que a perseguição contra muçulmanos e croatas se intensificasse. (Fonseca, 2012).

### **Hungria**

Em 28 de maio de 1991 houve o anúncio formal de que a Croácia estava recrutando e treinando um exército regular fora do escopo do Exército Nacional Iugoslavo com a Hungria. (SEVERO, 2011; HUDSON, 2003). A Hungria defendia a autodeterminação dos croatas e eslovenos, enquanto que a França e Inglaterra eram a favor da preservação da Iugoslávia (GLENNY, 2001). Portanto, pode-se perceber que os interesses Húngaros na região era fortalecer a unidade dos países que estavam se formando, bem como auxiliar nos seus

processos de independência, tais quais o da Croácia. Além disso, havia uma grande preocupação com a questão de imigração, pois com o acirramento nacionalista sérvio após a morte de Tito e a posterior eclosão dos conflitos, o governo húngaro foi obrigado a elaborar políticas públicas para abrigar os milhares de refugiados que procuravam abrigo em seus territórios. Assim como a Áustria, procura uma solução pacífica para o conflito, solução essa que não tem que ser, necessariamente, europeia.

### **Índia**

A Índia, no primeiro momento, não iria se envolver com a guerra pois não tinha interesse nela nem na região dos Balcãs. Assim, eles resolveram adotar uma postura de não alinhamento.

Tal postura foi contestada pela Rússia pois ela deixou sua posição clara dentro do conflito e sabia que o Estado indiano seguia uma diplomacia que usava a russa como base. Porém, mesmo com essa pressão não oficial, a Índia conseguiu manter sua posição neutra e seu único pedido para aqueles que tentassem resolver os conflitos era que os resolvesse de forma pacífica e que os criminosos de guerra recebessem suas devidas punições depois de julgados. (Fonseca, 2012).

### **Japão**

A região dos Balcãs não era um interesse primordial na política externa japonesa, entretanto o Japão como potência ascendente não pode assumir uma posição passiva nessa reunião. Ele almeja uma solução pacífica para o conflito de preferência por vias diplomáticas. Entende que esse é um problema primordialmente europeu, mas também sabe que sua atuação nesse comitê pode dizer muito quanto ao seu papel como importante ator político mundial, principalmente tendo em vista que outra potência asiática tem direito a veto no Conselho de Segurança, a China.

Para isso, sua posição se alinha bastante à dos Estados Unidos, uma vez que, mesmo não tendo interesse específico na área do conflito, participar ativamente dos trabalhos da ONU, confrontar os fundamentos da União Soviética, o faria uma delegação influente na política mundial.

### **Marrocos**

Seguindo a postura adotada pelos países ocidentais, Marrocos queria que as tensões fossem resolvidas diplomaticamente. O governo marroquino era contra os avanços e o

assassinato de bósnio-sérvios contra as outras etnias – e se baseava nos direitos humanos para defender tal postura.

Mas tal postura foi adotada pois o governo marroquino não possuía uma Força Armada forte o suficiente para que fizesse uma diferença significativa na guerra. Assim, adotaram a postura que mais ficasse harmônica com as dos Chefes de Estado nos quais eles mantinham uma relação próxima. (Fonseca, 2012).

### **Reino Unido**

Como a maioria dos Estados presentes no Conselho de Segurança, o Reino Unido era contra o uso unilateral da força. Mas a principal questão a ser levantada no posicionamento do reino Unido era que ele era favorável a uma “solução europeia” do conflito. Ele acreditava que cabia aos 12 países da Comunidade fazer uma política de segurança comum para solucionar o conflito. “Os Europeus tinham grandes esperanças para a era do Tratado de Maastricht e a criação de um continente sem fronteiras que poderia finalmente desafiar a supremacia econômica e diplomática dos EUA”. (POWER, 2002).

### **República da Lituânia**

A Lituânia estava passando por um período de transição de governos complexo, devido a dissolução da União Soviética, em dezembro de 1991. Contudo, o movimento de independência, tanto na Lituânia quanto nas demais nações bálticas, Letônia e Estônia, já vinha crescendo antes disso.

Apesar de no ano de 1992, o país ter sido reconhecido pela ONU, assim como a maioria dos outros Estados ex-membros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), este não possuía grande capacidades, no momento, para influenciar no conflito na região da Bósnia e Herzegovina, além de que a problemática não afetava diretamente sua população, de maioria quase absoluta católica. Entretanto, como um recém membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Lituânia, buscará uma solução pacífica para a situação decorrente na região da Iugoslávia, provavelmente indo contra o posicionamento da Federação Russa.

### **Sérvia**

O objetivo principal da Sérvia era que sua hegemonia na região se reestabelecesse e visando tal, eles já tinham participado de guerras anteriores quando a Croácia e a Eslovênia haviam se declarado independentes. Desse modo, seria inevitável eles não ficarem neutros quando a Bósnia declarou que queria seguir um caminho de independência também. O

governo sérvio da época fez de tudo para impedir que as informações sobre o conflito fossem para em ouvidos ocidentais. O presidente, Slobodan Milosevic, autorizou que jornalistas fossem impedidos de acessar as regiões afetadas e sempre dava desculpas para a violência pública sofrida nas áreas de combate. É importante ressaltar que eles ignoravam a limpeza étnica que estava acontecendo e declaravam que o que acontecia no Bósnia não era de relevância sérvia. (Fonseca, 2012).

### **Turquia**

A postura da Turquia foi muito influenciada por como a diplomacia americana da época funcionava. Como a guerra da Bósnia não era prioridade dos americanos, tanto a Grécia como a Turquia não sabiam como se envolver no conflito sem que isso impactasse suas relações com o governo norte-americano. Isso deve-se ao fato de tanto o posicionamento grego como o turco eram antagônicos. A Turquia, como país muçumano, apoiava os bósnios, e a Grécia, como país ortodoxo, apoiava os sérvios. Mas isso não impediu os EUA de armar a Croácia – por baixo dos panos – tornando-a a última fronteira católica da Europa em contato com os muçumanos no pós-guerra.

### **Venezuela**

A Venezuela se encontrava em um período de crises, portanto, sua atenção estava voltada para problemas de âmbitos regionais e nacionais. Assim sendo, a guerra na Bósnia não foi uma prioridade – nem um tópico oficial – na agenda do país e só foi citada posteriormente como forma de ganhar visibilidade internacionalmente.

### **Zimbábue**

Devido à grande distância entre o Zimbábue e os Balcãs, exercer qualquer influência nessa região nunca foi uma prioridade para o país africano. Contudo, sua posição está mais sujeita se alinhar com países os quais mantem boas relações diplomáticas, assim como a China, que vem dando assistência desde a década de 70, e talvez, se distanciando um pouco do Reino Unido, o qual não mantem bons laços em consequência de sanções aplicadas pela ONU e apoiadas pelo mesmo.

## 6. Bibliografia

ÁLVAREZ, Ana Muñiz. **A Atuação da ONU no Conflito dos Balcãs (1991 – 1995): O Institucionalismo, somente uma promessa?** 2008. Disponível em: <<https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/ana-muc3bliz-c3a1lvarez-a-atuac3a7c3a3o-da-onu-no-conflito-dos-balcc3a3s-1991-1995.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

**BBC NEWS. Yugoslavia & The Balkans.** 2010. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/english/static/map/yugoslavia/>> Acesso em: 10 out. 2017

COHEN, Roger. **U.S. Clashes With Russia Over Bosnia.** 1994. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1994/05/18/world/us-clashes-with-russia-over-bosnia.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CONGRESS, B. O. T. C. S. S. B. F. R. D. O. T. L. O. Country Listing. 1996. Disponível em: <<http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-11503.html>>. Acesso em: 5 agosto 2017.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ) (Org.). **Bosnia and Herzegovina.** Disponível em: <<https://www.giz.de/en/worldwide/289.html>>. Acesso em: 18 set. 2017.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A Guerra na Bósnia.** USP, 1995. Disponível em: [http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/j\\_whitaker/bosnia.htm](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/j_whitaker/bosnia.htm)>. Acesso em: 10 out. 2017.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. **Guerra da Bósnia.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/guerra-da-bosnia/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. **O papel do Conselho de Segurança da ONU na construção de estado na Bósnia Herzegovina.** 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71678>>. Acesso em: 02 out. 2017.

**History of the Charter of the United Nations.** 2005.

JOHNSTON, Douglas; EASTVOLD, Jonathan. **Religion in the Bosnian Conflict.** 2004. Disponível em: <<http://icrd.org/rp24/>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MINGST, Karen A. **The United Nations in the post-Cold War era.** 2000. Disponível em: <<http://trove.nla.gov.au/work/6009251?selectedversion=NBD20984946>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** Disponível em: [http://www.unhcr.ch/spanish/html/menu3/b/ch-cont\\_sp.html](http://www.unhcr.ch/spanish/html/menu3/b/ch-cont_sp.html)

**Provisional Rules of Procedure of the Security Council.** 1983. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/sc/scrules.html>

**Resoluções da Assembleia Geral.** Disponível em: <http://www.un.org/spanish/documents/resga.html>

**Resoluções do Conselho de Segurança.** Disponível em: [http://www.un.org/Docs/sc/unsc\\_resolutions.html](http://www.un.org/Docs/sc/unsc_resolutions.html)

SILVA, Daniel Neves. **Guerra da Bósnia.** Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/guerra-bosnia.htm>>. Acesso em: 25 set. 2017.

SILVEIRA, Isabella Diniz; FONSECA, Rubens Abner. **Conselho de Segurança Histórico: Guerra da Bósnia e Herzegovina (1992).** 2012. Disponível em: <[http://simfg.weebly.com/uploads/1/0/0/5/10056149/guia\\_de\\_estudos\\_-\\_csh.pdf](http://simfg.weebly.com/uploads/1/0/0/5/10056149/guia_de_estudos_-_csh.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Guerra da Bósnia.** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/guerra-bosnia.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

STANDISH, Reid. **Why Did Russia Veto Recognizing Srebrenica as a Genocide?** 2015. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2015/07/09/why-did-russia-veto-recognizing-srebrenica-as-a-genocide-putin-bosnia/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

STEDMAN, Stephen John; ROTHCHILD, Donald S.; COUSENS, Elizabeth M.. **Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements**. London: Lynne Rienner Publishers, 2002.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (Org.). **Presidential Statements**. 1994. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/statements/1994.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2017.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 713**. 1991. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/713\(1991\)](https://undocs.org/S/RES/713(1991))>. Acesso em: 27 jul. 2017.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 787**. 1992. Disponível em: <<http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-11503.html>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

## 7. Anexos

### Anexo 1 – Composição Étnica Da Antiga Iugoslávia

**Bósnia e Herzegovina:** População antes da guerra de 4.4 milhões. 44% de Bósnios Muçumanos, 31% de Bósnio Sérvios (ortodoxos), 17% de bósnios croatas (católicos).

**Sérvia:** População antes da Guerra de 9.8 milhões. 66% de Sérvios (ortodoxos). Na região de Kosovo, 90% da população é de Albaneses.

**Croácia:** População antes da guerra de 4,8 milhões. 79% de Croatas. 12% de sérvios.

**Montenegro:** População antes da guerra de 584 mil. Maior parte da população é composta por Sérvios Ortodoxos

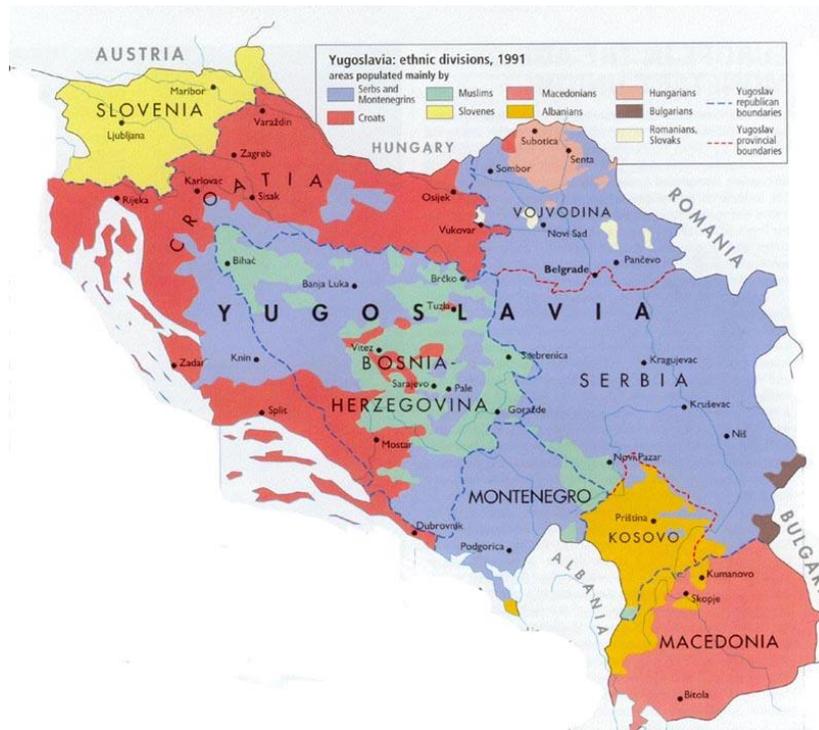
**Macedônia:** População antes da guerra de 2 milhões. 66% da população é de Macedônios eslavos que são em sua maioria católicos com alguns muçumanos. 25 a 35% são Albaneses majoritariamente muçumanos.

**Eslovênia:** População antes da Guerra de 1.892 milhões. Sua população é composta quase que em sua totalidade por eslovenos



## 8. Mapas

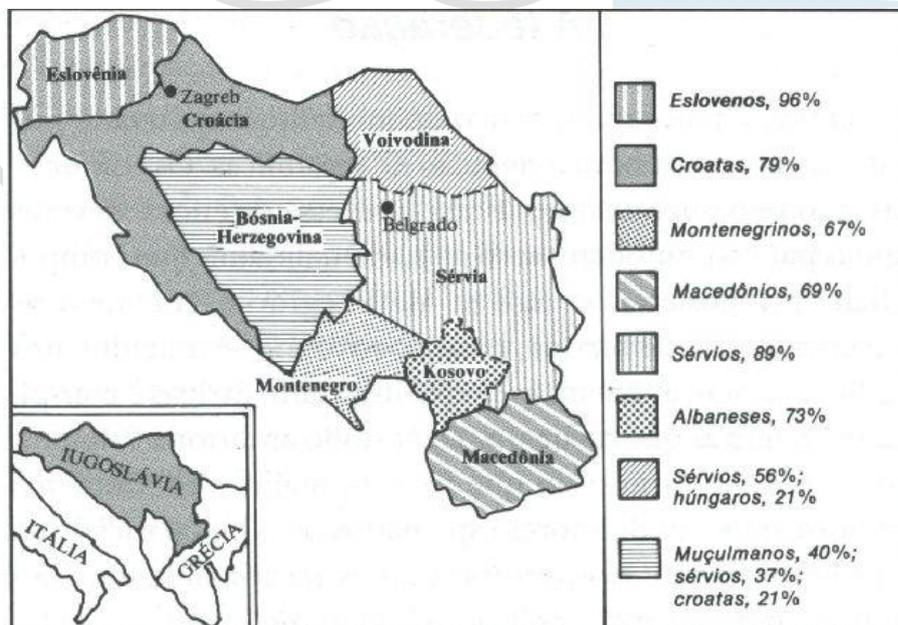
Mapa 1.0 – “A pluralidade na Iugoslávia”.



Mapa 1.1

“O que era a

Iugoslávia em 1991.”



Mapa 1.3 “Mapa Étnico da Iugoslávia”.



*Mapa 1.4 “O que se torna a’ Iugoslávia”.*

